**N°04/2021**

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

**18/05/2021**

Ao décimo oitavo dia do mês de maio de 2021, deu-se início a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM, via google meet. Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Michele Euzébio Bombarzar (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Rulia Prudência (Secretaria Municipal de Educação); Cassiana Nunes Cunha (Secretaria Municipal de Educação); Aparecida Cristina Ribeiro Mota (Secretaria Municipal de Saúde); Eliane Aparecida Coelho Oliveira (Secretaria Municipal de Saúde); Giovana da Silva Martins (Procuradoria-geral do Município); Samira Maccarini Frizon (Delegacia da Mulher); Lívia da Silva Feltrin (COPIRC); Vanderleia Paes de Farias Alexandre (Conselho Tutelar); Luciana Borsatto Schmitz (Comissão Mulher OAB); Shaiane Ghellere Possebon (União Brasileira de Mulher – UBM); Renata Costa Damásio Almeida (Movimento Mulher de Criciúma – MM); Suelen Martins Jeremias Flores (AFASC); Rindalta das Graças Oliveira (JUDECRI); Rosane Aparecida da Cruz (JUDECRI); Monica Ovinski de Camargo Cortina (UNESC); Maria Estela Costa da Silva (MOMMV). Convidados: Daniel Bonifacio (CREAS); Julia Fabris (CREAS); Giovana Mondardo (Câmara de Vereadores). A Presidente Maria Estela Costa da Silva iniciou a reunião saudando a todas e agradeceu a presença. Falou sobre os pontos de pautas, onde o primeiro ponto foi a fala da convidada, Vereadora Giovana Mondardo. A mesma passou a palavra para a Vereadora Giovana que saudou a todas e deu inicio a sua fala apresentando alguns slides, onde diz respeito sobre os assuntos deste conselho. A mesma apresentou sobre: Ações de mandato para as mulheres; Aprovação da lei 7868/2021 que institui a ‘Politica de prevenção e Combate à Violência Domestica e intrafamiliar’; Frente Parlamentar de Mulheres da AMREC onde lutam pela Casa da Mulher Brasileira Regional; Procuradoria da Mulher na Câmara; Mapa das Violências contra a Mulher em Criciúma; Fórum Permanente de Integração das politicas Públicas para as Mulheres; Requerimento sobre Casa da Mulher e abrigamento; Requerimento, reuniões e articulações sobre a pobreza menstrual (Cestas básicas, elaboração de PL sobre Programa de enfrentamento a pobreza menstrual); Requerimento e debates sobre possibilidade de ampliar o auxílio municipal, considerando o maior efeito da crise da pandemia incidir sobre as mulheres; Moção de apoio ao PL 145.6/2020, projeto de Lei da Deputada Ada de Luca, que cria o Auxílio Emergencial Financeiro a mulheres com medidas protetivas e vítimas de violência doméstica; Cobrou a implementação da Lei 7444/2019, que veda a posse de condenado por violência contra a mulher em cargo comissionado; Diálogo com Comissão da Mulher da OAB, Unesc, UFSC, Defensoria e Polícia Militar para ampliar a integração de politicas. A Conselheira Monica Ovinski parabenizou e agradeceu a presença de todas, ressaltando uma extrema importância relacionada a frente Parlamentar de Mulheres da AMREC onde lutam pela Casa da Mulher Brasileira Regional. O assunto foi discutido, e a Presidente Maria Estela Costa deu continuidade ao segundo ponto de pauta, ressaltando então sobre o caso da Haitiana que foi discutido na ultima reunião, solicitou assim, a fala da convidada Julia Fabris que estava representando o CREAS. A convidada ressaltou que esse caso foi algo bem delicado e desafiador por se tratar de uma imigrante, que souberam do caso a partir de uma reunião de rede, fizeram os encaminhamentos, o acolhimento e o abrigamento posteriormente da mulher. Criaram assim condições, para que a mesma pudesse recuperar sua filha que foi colocada em um abrigo. Ressaltou ainda que os encaminhamentos ocorreram da forma que esperavam, que a mulher já está em casa com sua filha, teve encaminhamento com a psicologa devido o que passou, e também não precisou mais de um interprete, pois, a mesma já estava se adaptando a linguagem e as falas. Teve acesso à algumas políticas públicas, medida protetiva, policia, vara da infância e todos os encaminhamnetos que foram necessários. A mesma tera beneficio emergencial, renda minima e o que for necessário para seu sustento básico, pois, não pode entrar até então no mercado de trabalho por estar de quarentena ainda. A Conselheira Rindalta pediu a fala e constou que comentou com o Marcionei do Conselho Municipal de Saúde e o mesmo disse que quando precisarem de um interprete podem entrar em contato diretamente com ela, que ela passara o telefone do responsável do SISERP. A Presidente Maria Estela Costa deu inicio a outro ponto de pauta: Leitura do Ofício Presi n° 85/2021 que foi enviado da Procuradoria para este Conselho. A mesma fez a leitura e ressaltou que foi encaminhado para a Camara de Vereadores, e perguntou às conselheiras se elas apoiam a manifestação de apoio a iniciativa da Frente Parlamentar de Mulheres AMREC que visa a Construção da Casa da Mulher Brasileira, todas apoiaram e assim, precisam enviar os informes com o posicionamento deste conselho. As Conselheiras Monica Ovinski e Giovana Martins ficaram responsaveis de encaminhar esses posicionamentos que logo encaminharam ao grupo, para aprovação e depois será enviado a resposta à Procuradoria do Municipio. Dando continuidade, a Presidente Maria Estela Costa deu inicio ao último ponto de pauta: Proposta de entidades para ocupar cadeiras deste conselho. Foi pontuado o seguinte assunto: sugestão de dois nomes para ocuparem a cadeira Não Governamental, que seriam o GAPAC (Grupo de Apoio e Prevenção a Aids de Criciúma), e a Esucri, para ocuparem essas duas cadeiras vagas, a mesma também destacou que entrou pessoalmente em contato com essas entidades e elas mostraram interesse em fazer parte deste conselho. A Presidente sugeriu ainda a exclusão de cadeiras repetidas nesse conselho: Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde. Assim, sugeriu também que devido a importância, incluem a Rede Catarina e a Camara de Vereadores neste conselho, para estar juntos na construção de Políticas Públicas e os direitos para as mulheres. Ficou deliberado que seja feito essas alterações na proposta de lei e encaminhado a Procuradoria do Municipio para depois de aprovado encaminhado a camara de vereadores, para aprovação. Após ser publicado em Diário Oficial, entrar em contato com as entidades pedindo nomes para as novas Conselheiras. Sem mais a tratar a Presidente Maria Estela Costa encerrou a reunião, e eu, Magda Pizoni, lavrei-a presente ata, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinadas.

Michele Euzébio Bombarzar (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação);

Rulia Prudência (Secretaria Municipal de Educação);

Cassiana Nunes Cunha (Secretaria Municipal de Educação);

Aparecida Cristina Ribeiro Mota (Secretaria Municipal de Saúde);

Eliane Aparecida Coelho Oliveira (Secretaria Municipal de Saúde);

Giovana da Silva Martins (Procuradoria-geral do Município);

Samira Maccarini Frizon (Delegacia da Mulher);

Lívia da Silva Feltrin (COPIRC);

Vanderleia Paes de Farias Alexandre (Conselho Tutelar);

Luciana Borsatto Schmitz (Comissão Mulher OAB);

Shaiane Ghellere Possebon (União Brasileira de Mulher – UBM);

Renata Costa Damásio Almeida (Movimento Mulher de Criciúma – MM);

Suelen Martins Jeremias Flores (AFASC);

Rindalta das Graças Oliveira (JUDECRI);

Rosane Aparecida da Cruz (JUDECRI);

Monica Ovinski de Camargo Cortina (UNESC);

Maria Estela Costa da Silva (MOMMV).